



Processo: 495120/23
Assunto: Representação
apresentada junto ao TCE/PR

INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 ☐ GCIZL**De:** "Email tcecartorio" <tcecartorio@tce.pr.gov.br>**Para:** "licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br" <licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br" <gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br" <administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "santin_mm8@hotmail.com" <santin_mm8@hotmail.com>, "luisrenato.uv@uol.com.br" <luisrenato.uv@uol.com.br>, "juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br" <juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "adm.uva@yahoo.com" <adm.uva@yahoo.com>, "wadb@ig.com.br" <wadb@ig.com.br>**Data:** 28/07/2023 12:49

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao Despacho n. 992/23 GCIZL, relativo ao Processo n. 495120/23, ficam **INTIMADOS o MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA e o EXMO. SR. BACHIR ABBAS**, nos termos do referido Despacho:

"... para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação preliminar acerca das supostas irregularidades e da liminar pretendida, acompanhada da documentação pertinente (a exemplo de cópia integral do respectivo processo administrativo), sob pena de apreciação independentemente de sua oitiva prévia, nos termos do art. 2827, § 1.º, do Regimento Interno. "

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal e-Contas-Paraná, acessível no site do Tribunal e com o uso do certificado digital, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
4. Clicar no ícone Acessar processo eletrônico.

Assim sendo, encaminho-lhe cópia da referida decisão para conhecimento e imediato cumprimento, assim como para **MANIFESTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NOS AUTOS DO PROCESSO**, nos termos e prazos do referido Despacho.

Favor confirmar o recebimento da presente intimação.

Cordialmente,



DIRETORIA DE PROTOCOLO
MARCEL EDUARDO CUNICO BACH
Técnico de Controle

tcecartorio@tce.pr.gov.br
41.3350-1881



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Praça Nossa Senhora de Salette s/n
Centro Cívico Curitiba PR CEP: 80.530-910
41.3350-1616



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



PROCESSO Nº: 495120/23

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

ENTIDADE: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

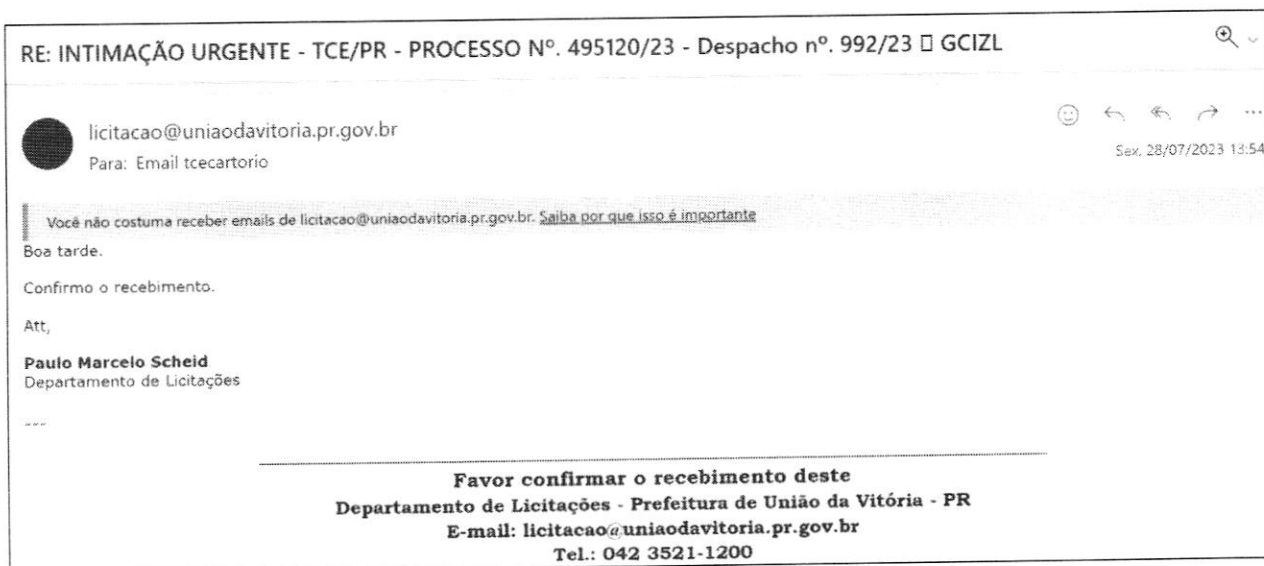
INTERESSADO: **BACHIR ABBAS, GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA,**
MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

ADVOGADO

PROCURADOR:

CERTIDÃO

Certifico que, em cumprimento ao Despacho nº. 992/23-GCIZL (peça 10), firmei contato telefônico com o Município de União da Vitória, na pessoa do Sr. Paulo Marcelo Sheip; bem como encaminhei cópia da referida decisão para os endereços eletrônicos licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br ; gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br ; administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br ; santin_mm8@hotmail.com ; luisrenato.uv@uol.com.br ; juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br ; adm.uva@yahoo.com e wadb@ig.com.br ; conforme comprovantes abaixo colacionados.





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



Confirmação de leitura- INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL



Chefe Gabinete <gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br>

Para: Email tcecartorio

Sex, 28/07/2023 13:47

Mensagem

Para: "licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br" <licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br" <gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br" <administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "santin_mm8@hotmail.com" <santin_mm8@hotmail.com>, "luisrenato.uv@uol.com.br" <luisrenato.uv@uol.com.br>, "juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br" <juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "adm.uva@yahoo.com" <adm.uva@yahoo.com>, "wadb@ig.com.br" <wadb@ig.com.br>.

Assunto: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL.

Enviado: sexta, 28 de julho de 2023 às 12:49.

Nota: Esta confirmação verifica que a mensagem foi exibida no computador do destinatário em 28/07/2023 13:47:38

Confirmação de leitura- INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL



licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br

Para: Email tcecartorio

Sex, 28/07/2023 13:07

Mensagem

Para: "licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br" <licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br" <gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br" <administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "santin_mm8@hotmail.com" <santin_mm8@hotmail.com>, "luisrenato.uv@uol.com.br" <luisrenato.uv@uol.com.br>, "juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br" <juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br>, "adm.uva@yahoo.com" <adm.uva@yahoo.com>, "wadb@ig.com.br" <wadb@ig.com.br>.

Assunto: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL.

Enviado: 28/07/2023 12:49.

Nota: Esta confirmação verifica que a mensagem foi exibida no computador do destinatário em 28/07/2023 13:07:17

INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL



postmaster@outlook.com

Para: postmaster@outlook.com

Sex, 28/07/2023 12:51



INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/...
Item do Outlook

A sua mensagem foi entregue aos seguintes destinatários:

santin_mm8@hotmail.com

Assunto: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL



Microsoft Outlook

Para: adm.uva@yahoo.com

Sex, 28/07/2023 12:50



INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/...
Item do Outlook

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:

adm.uva@yahoo.com (adm.uva@yahoo.com)

Assunto: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



Microsoft Outlook
Para: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br; gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br; administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br +1 outra pessoa
Sex, 28/07/2023 12:50

INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/...
Item do Outlook

A entrega para estes destinatários ou grupos foi concluída, mas o servidor de destino não enviou uma notificação de entrega:

licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br (licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br)
gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br (gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br)
administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br (administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br)
juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br (juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br)

Assunto: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL

INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL

Email tcecartorio
Para: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br; gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br; administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br; santin_mm8@hotmail.com; luisrenato.uv@uol.com.br; juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br; adm.uva@yahoo.com; wadb@ig.com.br
Sex, 28/07/2023 12:49

Despacho 992.23-GCIZL.pdf
430 KB

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao Despacho n.º 992/23 - GCIZL, relativo ao Processo n.º 495120/23, ficam **INTIMADOS o MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA e o EXMO. SR. BACHIR ABBAS**, nos termos do referido Despacho:

"...para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação preliminar acerca das supostas irregularidades e da liminar pretendida, acompanhada da documentação pertinente (a exemplo de cópia integral do respectivo processo administrativo), sob pena de apreciação independentemente de sua oitiva prévia, nos termos do art. 2827, § 1.º, do Regimento Interno."

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal e-Contas-Paraná, acessível no site do Tribunal e com o uso do certificado digital, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
4. Clicar no ícone Acessar processo eletrônico.

Assim sendo, encaminho-lhe cópia da referida decisão para conhecimento e imediato cumprimento, assim como para **MANIFESTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NOS AUTOS DO PROCESSO**, nos termos e prazos do referido Despacho.

Favor confirmar o recebimento da presente intimação.

Cordialmente,

DIRETORIA DE PROTOCOLO
MARCEL EDUARDO CUNICO BACH
Técnico de Controle
marcelcunico@tce.pr.gov.br
41.3350-1681

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Praça Brasil Setor de Santa Lúcia
Centro Cívico Curitiba - PR CEP: 80.530-910
41.3350-1616

Curitiba, 28 de julho de 2023.

MARCEL EDUARDO CUNICO BACH

Técnico de Controle

Matrícula nº 51.415-2



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES



PROCESSO Nº: 495120/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO: GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 992/23

1. Trata-se de Representação da Lei n. 8.666/1993, com pedido de medida cautelar suspensiva, proposta por Gustavo Gomes Félix de Sousa, em face do Município de União da Vitória, relativamente ao Edital de Chamamento Público n. 10/2023 (Processo Administrativo n. 117/2023), para a contratação de entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social na área da saúde, para gestão e operacionalização da UPA de União da Vitória (UPA Porte I), compreendendo a prestação de serviços de saúde, bem como a administração e manutenção de toda a infraestrutura, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde, além de outras obrigações, cujo término do recebimento dos envelopes e a sessão de abertura dos envelopes foram marcados para 16/08/2023 (item 1.8 do Edital).

Segundo o representante, o item 2.1¹ do Edital obstará a competitividade (ofendendo o art. 24, § 2º², da Lei n. 13.019/14), pois proíbe a participação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) que não sejam qualificadas como Organizações Sociais segundo o Edital de Chamamento Público para Qualificação de Organização Social n. 003/2022.

Além disso, o representante sustenta que seria desarrazoada a exigência (item 3.1 do Edital³) de que as OSs só poderão indicar um representante,

¹ 2.1. Poderá participar do presente Chamamento Público Organizações Sociais de Saúde e que estejam qualificadas, nos termos previstos na Lei Municipal nº 5010/2022 e Edital de Chamamento Público para Qualificação de Organização Social de Saúde - OSS nº 003/2022.

² Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto. (...)

§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria...

³ 3.1. A Organização Social poderá promover a indicação e o credenciamento de, no máximo, 01 (um) representante, na presente seleção, com a respectiva qualificação, mencionando que lhe são conferidos, por ela, amplos poderes para tanto, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos. Em se tratando de representante legal da Organização Social deverá ser apresentada cópia do ato constitutivo ou documento equivalente, indicando tal condição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES



notadamente porque, segundo o item 3.3⁴ do Edital, “caso não seja possível que a pessoa indicada esteja presente a Organização será impedida de se manifestar e responder” nas respectivas sessões públicas.

Ao final, pede a suspensão cautelar do Chamamento Público em questão e, no mérito, a retificação do instrumento convocatório.

2. Com fundamento no art. 404⁵ do Regimento Interno, previamente à deliberação acerca do pedido de suspensão liminar do certame e ao próprio juízo de admissibilidade desta Representação, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para **imediata inclusão na autuação e intimação**⁶ do Município de União da Vitória e do seu atual representante legal, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação preliminar acerca das supostas irregularidades e da liminar pretendida, acompanhada da documentação pertinente (a exemplo de cópia integral do respectivo processo administrativo), sob pena de apreciação independentemente de sua oitiva prévia, nos termos do art. 282⁷, § 1.º, do Regimento Interno.

Decorrido o prazo para manifestação, retornem os autos a este gabinete.

3. Publique-se.

Tribunal de Contas, 26 de julho de 2023.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

⁴ 3.3. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não será motivo de inabilitação da Organização Social, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma nas sessões públicas.

⁵ Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

⁶ Pela via mais célere possível (e-mail, telefone etc).

⁷ Art. 282. A representação prevista na Lei nº 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar nº 113/2005.

§ 1.º Caso comporte decisão cautelar a mesma será proferida com urgência pelo Conselheiro Relator, produzindo efeitos imediatamente, sendo submetida à deliberação do Plenário na sessão subsequente, independentemente de inclusão em pauta.

RE: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 ☐ GCIZL
De: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
Para: "Email tcecartorio" <tcecartorio@tce.pr.gov.br>
Data: 28/07/2023 13:54



Boa tarde.

Confirmo o recebimento.

Att,

Paulo Marcelo Scheid
Departamento de Licitações

Favor confirmar o recebimento deste
Departamento de Licitações - Prefeitura de União da Vitória - PR
E-mail: licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br
Tel.: 042 3521-1200

----- Original Message -----

From: tcecartorio@tce.pr.gov.br

To: "licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br" (licitacao@uniaodavitoria.pr.gov.br), "gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br" (gabinete@uniaodavitoria.pr.gov.br), "administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br" (administracao@uniaodavitoria.pr.gov.br), "santin_mm8@hotmail.com" (santin_mm8@hotmail.com), "luisrenato.uv@uol.com.br" (luisrenato.uv@uol.com.br), "juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br" (juridico@uniaodavitoria.pr.gov.br), "adm.uva@yahoo.com" (adm.uva@yahoo.com), "wadb@ig.com.br" (wadb@ig.com.br)

Date: Fri, 28 Jul 2023 15:49:54 +0000

Subject: INTIMAÇÃO URGENTE - TCE/PR - PROCESSO Nº. 495120/23 - Despacho nº. 992/23 - GCIZL

Excelentíssimo Senhor,

Em cumprimento ao Despacho n. 992/23 GCIZL, relativo ao Processo n. 495120/23, ficam **INTIMADOS o MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA e o EXMO. SR. BACHIR ABBAS**, nos termos do referido Despacho:

"... para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação preliminar acerca das supostas irregularidades e da liminar pretendida, acompanhada da documentação pertinente (a exemplo de cópia integral do respectivo processo administrativo), sob pena de apreciação independentemente de sua oitiva prévia, nos termos do art. 2827, § 1.º, do Regimento Interno. "

A íntegra do processo eletrônico, com o seu andamento em tempo real, está disponível às partes, interessados e procuradores, desde que credenciados no Portal e-Contas-Paraná, acessível no site do Tribunal e com o uso do certificado digital, no seguinte caminho:

1. Inserir o certificado digital
2. Acessar o site do Tribunal em www.tce.pr.gov.br
3. Clicar na opção Portal e-Contas Paraná no menu à esquerda
4. Clicar no ícone Acessar processo eletrônico.

Assim sendo, encaminho-lhe cópia da referida decisão para conhecimento e imediato cumprimento, assim como para **MANIFESTAÇÃO EXCLUSIVAMENTE NOS AUTOS DO PROCESSO**, nos termos e prazos do referido Despacho.

Imprimir

Fechar Janela



Cordialmente,



DIRETORIA DE PROTOCOLO
MARCEL EDUARDO CUNICO BACH
Técnico de Controle

fbccartorio@tce.pr.gov.br
41.3350-1881



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
Praça Nossa Senhora de Salette s/n
Centro Cívico Curitiba PR CEP: 80.530-910
41.3350-1616



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ



CÓPIA EXTRAÍDA DE AUTOS DIGITAIS

Processo: 495120/23

Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Dispensa de Licitação

Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Índice de Peças



1. 001 - Formulário de Encaminhamento
2. 002 - Extrato de Autuação
3. 003 - Petição (0 - IMPUGNAÇÃO UNIÃO DE VITÓRIA-PR)
4. 004 - Outros Documentos (1 - OAB)
5. 005 - Outros Documentos (2 - TÍTULO DE ELEITOR)
6. 006 - Outros Documentos (3 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA)
7. 007 - Outros Documentos (4 - EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10 - 20)
8. 008 - Outros Documentos (5 - LEI Nº 5010 - 22)
9. 009 - Termo de Distribuição
10. 010 - Despacho

1. 001 - Formulário de Encaminhamento





FORMULÁRIO DE ENCAMINHAMENTO

Encaminho a petição com os seguintes dados:

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Dispensa de Licitação**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**

Representante: **GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Petição (0 - IMPUGNAÇÃO UNIÃO DE VITÓRIA-PR)
- Outros Documentos (1 - OAB)
- Outros Documentos (2 - TÍTULO DE ELEITOR)
- Outros Documentos (3 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA)
- Outros Documentos (4 - EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10 - 20)
- Outros Documentos (5 - LEI Nº 5010 - 22)

PETICIONÁRIO: **GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA, CPF 149.238.877-70, em seu próprio nome.**

Curitiba, 25 de julho de 2023 17:38:37

2. 002 - Extrato de Autuação





EXTRATO DE AUTUAÇÃO Nº: 495120/23

Recebemos, mediante acesso ao serviço de peticionamento eletrônico eContas Paraná, a petição com os seguintes dados indicados pelo instaurador:

PROCESSO: 495120/23

ASSUNTO: **REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993 - Dispensa de Licitação**

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

SUJEITOS DO PROCESSO

Entidade: **MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA**

Representante: **GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA**

DOCUMENTOS ANEXOS

- Formulário de Encaminhamento
- Petição (0 - IMPUGNAÇÃO UNIÃO DE VITÓRIA-PR)
- Outros Documentos (1 - OAB)
- Outros Documentos (2 - TÍTULO DE ELEITOR)
- Outros Documentos (3 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA)
- Outros Documentos (4 - EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10 - 20)
- Outros Documentos (5 - LEI Nº 5010 - 22)

PETICIONÁRIO: **GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA, CPF 149.238.877-70, em seu próprio nome.**

Curitiba, 25 de julho de 2023 17:39:13

3. 003 - Petição (0 - IMPUGNAÇÃO UNIÃO DE VITÓRIA-PR)



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO ESTADO DO PARANÁ/PR.



CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10/2023.
Processo Administrativo nº 117/2023

GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA, brasileiro, solteiro, advogado, portador do título de eleitor nº 035185611490, inscrito no CPF sob nº 149.238.877-70, residente e domiciliada à Rua Wallace de Castro Barbosa, nº 219, Village da Luz, Cachoeiro de Itapemirim/ES, CEP: 29.309-390, e-mail: gustavo.gfelix@hotmail.com, vem à presença de V. Exa., com fulcro no § 2º, do art. 41, da Lei nº 8666/93, e apresentar

IMPUGNAÇÃO C/C TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA
ANTECIPADA

em desfavor do Chamamentos Público em referência realizado pelo **Município de União da Vitória/PR**, requerendo desde já a sua suspensão, pelos pontos que adiante especifica, requerendo desde já a sua suspensão:

RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO

1. Este impugnante, na condição de cidadão e com interesse intrínseco, teve seu intento frustrado perante o **Chamamento Público 10/2023**, com sessão designada para o dia **16/08/2023 às 14:00**, eis que o Edital desse certame restringe a participação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) que não estão qualificadas por meio do Chamamento Público para Qualificação de Organização Social nº 003/2022, **conforme art. 2.1 do Edital anexo**.

2. A referida restrição, por si só, afronta o princípio da competitividade do chamamento público, objeto de discussão, afinal não possibilita que outras Organizações Sociais, que possuem qualidade técnica para executar o serviço pretendido pelo Ente, possam participar do certame.

3. O referido Edital, art. 3.1, determina que as OSS poderão indicar apenas uma pessoa para representar os seus interesses, inclusive perante à Sessão Pública. Entretanto, essa imposição não mostra-se razoável, pois, caso não seja possível que a pessoa indicada esteja presente a Organização será impedida de se manifestar e responder naquele ato, art. 3.3 do Edital.



4. Ante aos motivos acima far-se-á necessário a suspensão do Chamamento Público destacado até que seja concluída as suas retificações, nos termos dessa impugnação, com finto de afastar as ilegalidades sugeridas e para que a melhor contratação seja estabelecida conforme emana a Lei.

DO DIREITO.

I - DA RESTRIÇÃO DAS OSS NO CHAMAMENTO PÚBLICO.

5. De pronto, chama a atenção que, **o artigo 24, §2º da Lei 13.019/14**, que veda, nos atos de convocação, condições que comprometem, restrinja ou frustrem o caráter competitivo do Certame, e, nessa senda, o artigo 2.1 do Edital do Chamamento Público, em discussão, contraria expressamente a redação do diploma legal supramencionado, eis que restringe a participação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) que não estão qualificadas por meio do Chamamento Público para Qualificação de Organização Social nº 003/2022, ainda que essas possuem qualidade técnica para concorrerem.

2.1. Poderá participar do presente Chamamento Público Organizações Sociais de Saúde e que estejam qualificadas, nos termos previstos na Lei Municipal nº 5010/2022 e Edital de Chamamento Público para Qualificação de Organização Social de Saúde - OSS nº 003/2022.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – ARTIGO 2.1

Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto.

§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria, admitidos:” Art. 24, § 2º da Lei 13.019/14

6. Nesse mesmo diapasão, por inteligência ao **artigo 31 da Lei 13.019/14**, a ausência de competição torna o Chamamento Público inexigível, muito, pois, baseia-se nos princípios da isonomia, impessoalidade e igualdade garantidos pelo **artigo 2º, inciso XI do diploma legal supracitado**, e, ratificado pelo **artigo 37, XXI da CRFB/88**.

“Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:” ART. 31 DA LEI 13.019/14.



"Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:

XII - chamamento público: procedimento destinado a selecionar organização da sociedade civil para firmar parceria por meio de termo de colaboração ou de fomento, no qual se garanta a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos;" ART. 2º, XII DA LEI 13.019/14.

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:" Art. 37 da CRFB/88.

7. Portanto, tem por certo que, a restrição das OSS, que não encontram-se qualificadas por meio do Chamamento Público para Qualificação de Organização Social nº 003/2022, de participar do instrumento licitatório, para sob a ilegalidade, e, assim, merece a retificação desse conteúdo junto ao Edital objeto da lide.

II - CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE.

8. Ressalta-se que o art. 2.1. do Edital do Chamamento Público em discussão, que impede participação das OSS, conforme acima estampado, não possui fundamentos legais para a aplicabilidade no presente certame.

9. Dessa forma, o Ente público fere, de pronto, o Princípio da Legalidade ao determinar aquilo que não advém da lei, e, à vista disso, pede a análise, no caso em tela, sobre a ótica do Controle Difuso de Constitucionalidade e, conseqüentemente, declare a ilegalidade do art. 2.1 do Edital impugnado, por ofensa direta ao art. 37 da CRFB/88 que, determinar obediência ao Princípio destacado.

10. Nessa senda, para cessar a ilegalidade do ato junto ao Chamamento Público, pugna a retificação do Edital para que o referido instrumento contemple os princípios basilares e constitucionais da administração pública.

III – DA REPRESENTAÇÃO - PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE.

11. Ainda em análise ao Edital impugnado, nota-se que o art. 3.1 impõem que as OSS poderão indicar somente uma pessoa para representar os seus interesses. Por sua vez, o art. 3.3. veda que as Organizações Sociais se manifestem e respondam junto à Sessão Pública, caso não seja em conformidade com o credenciamento.



3.1. A Organização Social poderá promover a indicação e o credenciamento de, no máximo, 01 (um) representante, na presente seleção, com a respectiva qualificação, mencionando que lhe são conferidos, por ela, amplos poderes para tanto, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos. Em se tratando de representante legal da Organização Social deverá ser apresentada cópia do ato constitutivo ou documento equivalente, indicando tal condição.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – ARTIGO 3.1

3.3. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não será motivo de inabilitação da Organização Social, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma nas sessões públicas.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO – ARTIGO 3.3

12. Entretanto, a imposição descrita no art. 3.1 do Edital não mostra-se razoável para o caso em apreço, eis que não sendo possível a presença da única pessoa indicado para representar a OSS na Sessão Pública, por qualquer motivos de força maior ou não, será vedado o direito de se manifestar e responder nesse ato.

13. Diante disso, poderia o Edital determinar a representatividade das OSS seja conferida a mais de uma pessoa, e, que na Sessão Pública apenas um dos representantes tivessem o direito de fala, devendo ser indicado no ato, e, também, conferir procuração para que outrem assim faça.

14. Pelo exposto, e com enfoque ao princípio da razoabilidade, pede que a representatividade das OSS seja conferida a mais de uma pessoa, e que no ato da Sessão Pública seja indicado quem será o representante, inclusive conferindo procuração par que outrem assim faça.

TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA COM EFEITO LIMINAR.

15. É cediço que para a concessão da tutela provisória antecipada de urgência necessário à presença dos pressupostos do art. 300 do CPC/15: “*fumus boni iuris*” e “*periculum in mora*”. Em suma, é o instrumento que buscar cessar o perigo de dano ou evitar que os prejuízos se tornem irreversíveis.

“Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Art. 300 do CPC/15.

16. Posto isto, tem por certo que o Edital do Chamamento Público nº 10/2023 **não pode restringir o caráter competitivo**, por inteligência ao artigo 37, XXI da CRFB/88; e, aos artigos 2º, inciso XI; 24, §2º; e, 31 da lei 13.019/14, portanto, em atento a este particular, resta evidenciada a **probabilidade de direito** ao impugnante.

17. Em outra perspectiva, não há tempo aguardar o julgamento final da lide para que as retificações apontadas ao Certame sejam realizadas, eis que a mora acarretar a impossibilidade de acesso, habilitação e competição de outros concorrentes junto ao Chamamento Público, inclusive, porque, havendo, candidato vencedor, sobre a injusta investidura do contrato, haverá danos ao erário, além de possível provocação do poder judiciário para dirimir questões de nulidade. Sendo assim, fica configurado **o perigo dano irreversível**.

18. Diante disso, mostra-se necessária a concessão da tutela provisória de urgência antecipada para determinar, imediatamente, a suspensão do Certame em referenciado. **E, que, ainda, a tenha efeito liminar, ou seja, conceda antes de ouvir a outra parte, Inaudita Altera Pars, visto a urgência em cessar o injusto praticado face as demais OSS que estão impedidas de concorrerem ao Chamamento impugnado, art. 300, §2º do CPC/15.**

19. Que os efeitos da tutela almeja, se concedida, seja convertida em caráter definitivo ao final da lide, conforme a veracidade das alegações apresentadas neste momento.

DOS PEDIDOS

Em face do exposto, requer o recebimento da presente IMPUGNAÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA COM EFEITO LIMINAR para:

A) Que a tutela pretendida já concedida, sob o efeito liminar, para suspender do Chamamento Público Nº 10/2023, vista a afronta a competitividade do Certame e ao risco de tornar irreversíveis os atos praticados. Ao fim converta em definitiva.

B) Intime o Ente Público para ciência dessa impugnação para se manifestar;

C) Determinar as retificações do **art. 2.1 e 3.1** do Edital para: **A)** permitir a participação de todas as OSS, inclusive, que elas possam se qualificar administrativamente para tanto; **B)** que mais de uma pessoa possa ser representante da OSS, inclusive para que na Sessão Pública tenha o direito de representar via procuração, pelos fundamentos dos §§ 5 a 10 e §§ 11 a 14 dessa petição.

**Nestes Termos,
Aguarda Deferimento**

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 25 de julho de 2023.

GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA
OAB/ES 38.500

4. 004 - Outros Documentos (1 - OAB)





TEM FE PUBLICA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 18098173

USO OBRIGATÓRIO
IDENTIDADE CIVIL PARA TODOS OS FINS LEGAIS
(Art. 13 da Lei n° 8.906/94)



ASSINATURA DO PORTADOR

Gustavo Gomes Félix de Sousa



OBSERVAÇÕES



 **ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL**
CONSELHO SECCIONAL DO ESPIRITO SANTO
IDENTIDADE DE ADVOGADO

INSCRIÇÃO 38500

NOME
GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA

FILIAÇÃO
MÁRIO EZIO FELIX DE SOUSA
ALDINEIA GOMES DE SOUSA

NATURALIDADE
CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

RG
3393260 - SPTC

DATA DE NASCIMENTO
13/09/1995

CPF
149.238.877-70

VIA 01 EXPEDIDO EM 24/03/2023

J. H. M. F.
JOSE CARLOS RICH FILHO
PRESIDENTE

5. 005 - Outros Documentos (2 - TÍTULO DE ELEITOR)





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
JUSTIÇA ELEITORAL
TÍTULO ELEITORAL



NOME DO ELEITOR

GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA

DATA DE NASCIMENTO

13/09/1995

INSCRIÇÃO

035185611490

ZONA

048

SEÇÃO

0227

MUNICÍPIO / UF

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM / ES

DATA DE EMISSÃO

30/11/2019

FILIAÇÃO

**ALDINEIA GOMES DE SOUSA
MÁRIO EZIO FÉLIX DE SOUSA**

CÓDIGO DE VALIDAÇÃO

6EKO./6N+.SACC.LX/X



Título Eleitoral impresso às 11:46 de
14/06/2023 para eleitor/eleitora com
biometria coletada

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na
página do Tribunal Superior Eleitoral na internet, no endereço:
www.tse.jus.br por meio do código de validação ou QR Code.

Orientações:

- A data de emissão do título eleitoral corresponde à última operação cadastral do eleitor / eleitora.
- Estarão aptos a votar os eleitores / eleitoras regulares e maiores de 16 anos na data do 1º turno ou turno único da eleição.

6. 006 - Outros Documentos (3 - COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA)





Telefonica Brasil S.A.
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955 - CEP: 29050-335 - Vitória - ES
I.E.: 82182710 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62

Nº da Conta: 00001112805101
Código Cliente: 00000113051744

MÊS REFERÊNCIA: 04/2023
DATA DE EMISSÃO: 01/05/2023

GUSTAVO GOMES FELIX DE SOUSA
R. WALLACE DE CASTRO BARBOSA 219
VILLAGE DA LUZ
29309-390 CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES



2ª Via

VENCIMENTO
11/05/2023

VALOR A PAGAR (R\$)
41,67

MEIO DE PAGAMENTO: BOLETO
ENVIO DA FATURA: E-MAIL
(gustavo.gfelix22@hotmail.com)

OS BENEFÍCIOS DO CELULAR RENOVA TODO DIA: 25

RESUMO DA SUA CONTA (DE 25/03/23 A 24/04/23)

VIVO CELULAR	41,67
Total a pagar	41,67

Plano contratado Adicionais contratados	Quantidade	Valor (R\$)
VIVO CELULAR - Controle		
Vivo Controle 4GB	1	42,00
(+) Pct Internet Controle 1GB 12M - Término em 24/11/23	1	0,00
(-) Desconto Vivo Controle 4GB - Término em 31/03/23	1	-0,33
(+) Serviços Digitais Inclusos	-	-
Subtotal Vivo Controle		41,67
Subtotal Plano contratado / Adicionais contratados		41,67
Total a pagar		41,67

- Existe(m) valor(es) pendente(s) até a data de emissão dessa conta. Veja suas contas em aberto em vivoemdia.vivo.com.br ou no aplicativo da Vivo. Caso tenha realizado o pagamento, por favor desconsidere essa mensagem -



SEUS NÚMEROS VIVO

Tel. Celular: 28-99961-4795 (Caso você tenha mais linhas, consulte o detalhamento no App Vivo)



SUAS BONIFICAÇÕES

Celular Vivo: 1 Bonus Controle 1GB | 1 Bônus Conta Digital 3GB

Veja detalhamento da sua conta no app Vivo

Pelo aplicativo, você também pode:

- Cadastrar o Débito Automático na sua conta e receber 3GB de internet todo mês
- Aproveitar os benefícios do Vivo Valoriza



FALE COM A GENTE

Acesse o App Vivo ou ligue:
Para os serviços de casa: 10315
Para os serviços de celular: *8486 do seu celular Vivo
Se tem necessidades especiais de fala/audição, 142



IMPORTANTE

- Ser transparente é uma das nossas prioridades, por isso informamos que não existem débitos pendentes no contrato mencionado nesta conta, dos serviços do seu celular Vivo, no período de 2022. Esse comunicado não inclui quitações de parcelamentos de contas, serviços prestados e não faturados, débitos discutidos judicial e administrativamente, de cobranças de serviços de outras operadoras que ocorreram na sua conta Vivo, entre outras que não estejam mencionadas na Lei 12007/2009.
- O benefício Bonus Controle 1GB expirará em 24/11/23

Importante: Mantenha o pagamento em dia e evite o cancelamento dos serviços, a suspensão parcial / total dos serviços, a rescisão contratual, e a inclusão nos órgãos de proteção ao crédito. Para pagamento após o vencimento serão cobrados encargos de 2% e juros de 1% ao mês em conta futura. | Central de Atendimento ANATEL: 1331, 1332 para deficientes auditivos e www.anatel.gov.br. PLANOS ANATEL: Vivo Controle 4GB: 128/POS/SMP. Para a prestação de serviços descrita nessa fatura incidem os seguintes impostos: ES - 17% ICMS, 0.65% PIS e 3% COFINS para Telecom. SP - 0% ISS, 0.65% PIS e 3% COFINS e 2% ISS, 1.65% PIS e 7.6% COFINS e 0% ISS, 0% PIS e 0% COFINS para SVAs.

Autenticação Mecânica

Destaque aqui



GUSTAVO GOMES FELIX DE SOUSA

Vencimento
11/05/2023

Total a Pagar - R\$
41,67

Cód. Débito Automático	Nº da Conta	Nº da Fatura	Mês Referência
1112805101-4	00001112805101	00000338580578	04/2023

846300000003	416700601006	011128051015	923045805788
--------------	--------------	--------------	--------------



Pagar
via Pix





Telefonica Brasil S.A.
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955 - CEP: 29050-335 - Vitória - ES
I.E.: 82182710 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62



Nº da Conta: 00001112805101
Código Cliente: 00000113051744

GUSTAVO GOMES FELIX DE SOUSA
R WALACE DE CASTRO BARBOSA 219
VILLAGE DA LUZ
29309-390 CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

CPF/CNPJ: 149.238.877-70
Inscrição Estadual: ISENT0
Número da Conta: 00001112805101

NOTA FISCAL DE SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Nome da Empresa: Telefonica Brasil S.A.	Nº NFST: 43084518/05/2023	Nº Série: BT	Sub-Série: 1
Endereço: Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955 - Enseada do Sua	Período: 25/03/2023 a 24/04/2023	Emissão: 01/05/2023	
CNPJ: 02.558.157/0003-24	Atende o convênio: 115/2003	CFOP: 5.307	
I.E.: 82182710	Descrição: PF/PJ - OUTROS		

Seq.	Cód. Serviço	Descrição	Quantidade	ICMS	Valor R\$
1	0101		1	17%	-0,33
2	1570	Serviços Contratados Vivo Móvel	1	17%	29,81
TOTAL NOTA FISCAL TELEFONICA BRASIL S.A.					29,48

Informações Complementares							
ICMS	17,00%	Base de Cálculo	R\$ 29,48	Valor ICMS	R\$ 5,01	Serv. Isentos/Não Tributável	R\$ 0,00
PIS	0,65%	Base de Cálculo	R\$ 24,47	Valor PIS	R\$ 0,16	Serv. Isentos/Não Tributável	R\$ 0,00
COFINS	3,00%	Base de Cálculo	R\$ 24,47	Valor COFINS	R\$ 0,73	Serv. Isentos/Não Tributável	R\$ 0,00

Contribuição para o Fust 1% = R\$0,24 e Funtel 0,5% = R\$0,12 do Valor dos Serviços - Não Repassados às Tarifas.
Autenticação digital: e5d84cceb4fa06e6db75618ee28843a1



Telefonica Brasil S.A.
Av. Nossa Senhora dos Navegantes, 955 - CEP: 29050-335 - Vitória - ES
I.E.: 82182710 CNPJ Matriz: 02.558.157/0001-62



Nº da Conta: 00001112805101
Código Cliente: 00000113051744

GUSTAVO GOMES FELIX DE SOUSA
R WALACE DE CASTRO BARBOSA 219
VILLAGE DA LUZ
29309-390 CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

MÊS REFERÊNCIA: 04/2023
DATA DE EMISSÃO: 01/05/2023

DETALHAMENTO DA SUA CONTA (DE 25/03/23 A 24/04/23)

> SEU NÚMERO VIVO: 28-99961-4795

Plano contratado | Adicionais contratados

VIVO CELULAR - Controle	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R\$)
Vivo Controle 4GB	-	1	1	29,81
Pct Internet Controle 1GB 12M - Tér	-	1	1	0,00
Subtotal				29,81

	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R\$)
Pacote Internet Controle 1GB 12M	1,00GB	-	0,00
Franquia de Internet	4,00GB	-	0,00

BONIFICAÇÃO MOVEI	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R\$)
Bônus Conta Digital 3GB	-	3,00GB	-	0,00
Bonus Controle 1GB	-	1,00GB	-	0,00

Plano contratado | Adicionais contratados

VIVO CELULAR - Controle	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R\$)
Desconto Vivo Celular 12M - Término	25/03/2023 a 01/04/2023	1	1	-0,33
Subtotal				-0,33

OUTROS LANÇAMENTOS

SERVIÇOS DIGITAIS INCLUSOS

TELEFONICA BRASIL S.A. 02.558.157/0135-74

VIVO CELULAR - Controle	Período	Incluso Plano / Pacote	Utilizado Minutos / Unidades	Valor (R\$)
Vivo Controle Serv Digital VI	-	-	-	-
Goread	-	-	-	2,00
Babbel	-	-	-	1,00
Skeelo Intermediário	-	-	-	7,19
Hube Jornais	-	-	-	2,00
Subtotal				12,19

7. 007 - Outros Documentos (4 - EDITAL CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 10 - 20)



9. 009 - Termo de Distribuição





TERMO DE DISTRIBUIÇÃO Nº3635/2023

Processo Nº: 495120/23

Data e hora da distribuição: 26/07/2023 15:07:01

Assunto: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993

Entidade: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

Interessado: GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA

Exercício:

Modalidade de distribuição: sorteio.

Relator: Conselheiro IVENS ZSCHOERPER LINHARES

Impedimentos:

10. 010 - Despacho





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES



PROCESSO Nº: 495120/23
ORIGEM: MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA
INTERESSADO: GUSTAVO GOMES FÉLIX DE SOUSA
ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO DA LEI Nº 8.666/1993
DESPACHO: 992/23

1. Trata-se de Representação da Lei n. 8.666/1993, com pedido de medida cautelar suspensiva, proposta por Gustavo Gomes Félix de Sousa, em face do Município de União da Vitória, relativamente ao Edital de Chamamento Público n. 10/2023 (Processo Administrativo n. 117/2023), para a contratação de entidade privada, sem fins lucrativos, qualificada como Organização Social na área da saúde, para gestão e operacionalização da UPA de União da Vitória (UPA Porte I), compreendendo a prestação de serviços de saúde, bem como a administração e manutenção de toda a infraestrutura, regulamentação do gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde, além de outras obrigações, cujo término do recebimento dos envelopes e a sessão de abertura dos envelopes foram marcados para 16/08/2023 (item 1.8 do Edital).

Segundo o representante, o item 2.1¹ do Edital obstará a competitividade (ofendendo o art. 24, § 2º², da Lei n. 13.019/14), pois proíbe a participação de Organizações Sociais de Saúde (OSS) que não sejam qualificadas como Organizações Sociais segundo o Edital de Chamamento Público para Qualificação de Organização Social n. 003/2022.

Além disso, o representante sustenta que seria desarrazoada a exigência (item 3.1 do Edital³) de que as OSs só poderão indicar um representante,

¹ 2.1. Poderá participar do presente Chamamento Público Organizações Sociais de Saúde e que estejam qualificadas, nos termos previstos na Lei Municipal nº 5010/2022 e Edital de Chamamento Público para Qualificação de Organização Social de Saúde - OSS nº 003/2022.

² Art. 24. Exceto nas hipóteses previstas nesta Lei, a celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto. (...)

§ 2º É vedado admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo em decorrência de qualquer circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto da parceria...

³ 3.1. A Organização Social poderá promover a indicação e o credenciamento de, no máximo, 01 (um) representante, na presente seleção, com a respectiva qualificação, mencionando que lhe são conferidos, por ela, amplos poderes para tanto, inclusive para receber intimações e, eventualmente, desistir de recursos. Em se tratando de representante legal da Organização Social deverá ser apresentada cópia do ato constitutivo ou documento equivalente, indicando tal condição.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE CONSELHEIRO IVENS ZSCHOERPER LINHARES



notadamente porque, segundo o item 3.3⁴ do Edital, “caso não seja possível que a pessoa indicada esteja presente a Organização será impedida de se manifestar e responder” nas respectivas sessões públicas.

Ao final, pede a suspensão cautelar do Chamamento Público em questão e, no mérito, a retificação do instrumento convocatório.

2. Com fundamento no art. 404⁵ do Regimento Interno, previamente à deliberação acerca do pedido de suspensão liminar do certame e ao próprio juízo de admissibilidade desta Representação, remetam-se os autos à Diretoria de Protocolo para **imediata inclusão na autuação e intimação**⁶ do Município de União da Vitória e do seu atual representante legal, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem manifestação preliminar acerca das supostas irregularidades e da liminar pretendida, acompanhada da documentação pertinente (a exemplo de cópia integral do respectivo processo administrativo), sob pena de apreciação independentemente de sua oitiva prévia, nos termos do art. 282⁷, § 1.º, do Regimento Interno.

Decorrido o prazo para manifestação, retornem os autos a este gabinete.

3. Publique-se.

Tribunal de Contas, 26 de julho de 2023.

IVENS ZSCHOERPER LINHARES
Conselheiro

⁴ 3.3. A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento não será motivo de inabilitação da Organização Social, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma nas sessões públicas.

⁵ Art. 404. Se o órgão colegiado ou o Relator entender que antes de ser adotada a medida cautelar deva o responsável ser ouvido, o prazo para a resposta será de até 5 (cinco) dias úteis.

⁶ Pela via mais célere possível (e-mail, telefone etc).

⁷ Art. 282. A representação prevista na Lei nº 8.666/1993 será autuada, distribuída e encaminhada ao Conselheiro Relator, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, nos termos do art. 125, IV, da Lei Complementar nº 113/2005.

§ 1.º Caso comporte decisão cautelar a mesma será proferida com urgência pelo Conselheiro Relator, produzindo efeitos imediatamente, sendo submetida à deliberação do Plenário na sessão subsequente, independentemente de inclusão em pauta.